

# AS PLANTAS DE PORTO ALEGRE DE 1876 E 1888

## The maps of Porto Alegre from 1876 and 1888

Daniela Marzola Fialho<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Departamento de Arquitetura e Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR)  
dfialho.voy@terra.com.br

### RESUMO

O trabalho apresenta uma análise de dois mapas da cidade de Porto Alegre (RS), Brasil. Um deles, trata-se do mapa de 1876 que teria sido feito pelo agrimensor Manoel de Azevedo, do qual só restaram vestígios de sua existência em documentos da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. O outro é o oitavo mapa existente da cidade feito em 1888 pelo Capitão de Artilharia e professor da Escola Militar João Cândido Jacques. Pode-se afirmar que, em ambos, pela primeira vez estariam representados não apenas o centro histórico da cidade, o que era considerado, então, os limites do município mas também o seu entorno - os arraiais. Para explicitar um pouco mais, é preciso dizer que os arquivos da Câmara de Vereadores da cidade registram que, entre 1876 e 1878, o plenário desta câmara empreendeu um debate sobre a conveniência ou não da compra de uma planta da cidade, a de 1876. Pode-se encontrar exemplares da planta de 1888 ao menos no Arquivo Histórico do Exército (AHEx) e no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Assim, a partir das histórias sobre estes dois mapas, dá-se início a uma configuração que mostra, efetivamente, uma transformação espacial da cidade, com os arraiais constituindo um entorno urbano até então inexistente e não visualizado nos mapas anteriores de Porto Alegre. Produziu-se, assim, uma nova visão que era mais abrangente do espaço urbano da cidade.

**Palavras chaves:** Cartografia Urbana, História Cultural, História da Cartografia, Porto Alegre (RS)

### ABSTRACT

The paper presents an analysis of two maps of the city of Porto Alegre (RS), Brazil. One, it is the map of 1876 that would have been done by the surveyor Manoel de Azevedo, of which only remaining traces of its existence can be found in documents of the City Council of Porto Alegre. The other is the eighth existing map of the city made in 1888 by the Captain of Artillery and Military School professor João Cândido Jacques. It can be stated that in both for the first time it was represented not only the historic city center, which was considered then the limits of the city but also its surroundings - the camps. To explain a little more, it must be said that the files of the City Council of the City report that, between 1876 and 1878, the plenary of this camera undertook a debate on whether or not the purchase of a plant of the city, 1876 was convenient. One can find copies of the plant of 1888, at least in the Historical Archives of the Army (HexA) and the Historical and Geographical Institute of Rio Grande do Sul (IHGRGS). Thus, from the stories about these two maps, it begins a configuration that shows effectively a spatial transformation of the city, with the camps forming a urban environment until then not existent and not seen in previous maps of Porto Alegre. So, a new vision was produced that was more comprehensive about the urban space of the city.

**Keywords:** Urban Cartography, Cultural History, History of Cartography, Porto Alegre (RS)

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho está relacionado a minha tese de doutorado intitulada "*Cidades Visíveis: Para uma história da cartografia como documento de identidade urbana*". A tese tem como objetivo geral examinar as relações entre a história urbana e a cartografia. Parte-se do princípio de que os mapas não são uma "mera representação geográfica", mas são discursos que produzem as cidades que eles desenham.

Brian HARLEY (1990, p.4) ao se questionar sobre 'o que é um mapa?' dizia que, "para os historiadores, uma

definição apropriada seria a de que um mapa é uma *construção social do mundo* expressa por meio da cartografia” (grifos meus). Assim, longe de ser um simples espelho da natureza, do que é verdadeiro ou falso, os mapas, segundo este autor, “*reescrevem o mundo* – como nenhum outro documento – em termos de relações de poder e de práticas culturais, preferências e prioridades” (grifos meus). E ele ainda acrescenta: “O que vemos num mapa é tanto uma relação com um mundo social invisível e uma ideologia quanto uma relação com os fenômenos vistos e medidos na natureza”. Por isso mesmo, os mapas mostrariam sempre “muito mais do que uma soma de um conjunto de técnicas”. É precisamente esta constatação que faz o autor dizer que “a aparente duplicidade dos mapas – sua qualidade de escorregadio – não é um desvio idiossincrático de um ilusório mapa perfeito. Pelo contrário, está no coração da representação cartográfica”.

Ao longo do tempo, os mapas das cidades mostraram suas ruas, seus prédios, Igrejas, pontes, seu espaço abrangente, seus limites geográficos e políticos. Suas culturas urbanas foram, assim, modeladas, formatadas pelo modo como o espaço foi organizado. E foi a cartografia, como uma gramática do espaço, que ordenou, classificou, normatizou e organizou o espaço urbano, de acordo com regulações cartográficas definidas historicamente, isto é, de acordo com as regras dominantes em determinado tempo e lugar. Por isso a cartografia, aqui, é vista como um dispositivo criado para produzir efeitos específicos e por isso, também, o que se indaga não “o que ela é” ou “o que ela significa”, mas como ela faz o que faz, ou seja, como ela funciona como uma prática política e cultural.

Ler a história nos mapas é o empreendimento que a tese se propôs, pois, como diz LE GOFF (1994, p.107), “onde o homem passou e deixou alguma marca da sua vida e inteligência, aí está a história”. É, portanto, nos mapas e planos em que a cidade de Porto Alegre foi re-tratada, ao longo do tempo, que as suas histórias se dão a ‘ler’. Foram estudados os mapas desde a fundação da cidade de Porto Alegre (1772) até o final do Império (1889). No período estudado, encontrou-se menção a 12 mapas da cidade como um todo: 08 mapas existentes e 04 dos quais se tem alguma notícia. Entre estes, é possível que algum deles possa nem ter sequer existido, especialmente o de 1805.

Para analisar os mapas, se trabalhou com uma metodologia ligada à História Cultural, que consagrou, sobretudo, os métodos de pesquisa utilizados por Walter Benjamin e Carlo Ginzburg, entre outros. Ao articular as idéias desses autores, na investigação histórica da cartografia urbana como construção e produção social da cidade de Porto Alegre, uma série de ‘perguntas’ foram colocadas a cada mapa do estudo, com o objetivo de mostrar os diversos contextos ligados à realização dos mesmos. Para isso, adotei os contextos definidos por Brian HARLEY (1990, p.5), e que são os seguintes: contexto do cartógrafo; contexto de outros mapas; e contexto da sociedade. O passo seguinte concentrou-se na construção de uma estrutura de análise de cada mapa, que abrangesse os objetivos propostos e que respondesse às questões colocadas anteriormente.

Assim, a análise que empreendi de cada um dos mapas de Porto Alegre começou com a biografia do cartógrafo e com a apresentação de sua produção cartográfica; passou pela análise da estrutura do mapa, suas legendas, decoração e elementos constituintes, sua forma de desenho, as convenções utilizadas, suas relações com outros mapas; e terminou com uma ‘leitura’ que os dados referentes ao mapa propiciam. Portanto, uma análise do mapa tendo em vista seus objetivos e seus contextos.

## **2. OS MAPAS DE 1876 E 1888**

O mapa de 1876 é um mapa inexistente fisicamente. Teria sido uma planta de Porto Alegre feita pelo agrimensor Manoel José Nunes de Azevedo. Em 02 de setembro de 1876, a Câmara recebe uma proposta de venda de uma planta de Porto Alegre feita por ele. Entre esta data e 04 de junho de 1878, a Câmara debate e faz análises se adquire ou não a referida planta. Encontram-se em vários documentos depoimentos de pessoas que tiveram a planta em suas mãos e que a analisaram para opinar sobre a qualidade da mesma e também para se manifestar acerca da compra da mesma pela Câmara. Nos documentos encontrados, não fica evidente qual foi a decisão que a Câmara tomou, o que é certo é que não se encontra nem o original nem cópias dessa planta.

Data de 1888 a oitava planta existente da Cidade de Porto Alegre (fig.1). Trata-se de uma planta feita pelo, na época, Capitão de Artilharia e Engenheiro Militar João Cândido Jacques. Seu nome completo é “*Planta de Porto Alegre, Capital da Província do Rio Grande do Sul compreendendo os seus arraiaes, organizada e desenhada pelo Capitão de Artilharia e Engenheiro Militar João Candido Jacques. 1888. Lith. de J. Alves Leite Successor*”.

## **3. DOS CARTÓGRAFOS**

Do agrimensor Manoel José Nunes de Azevedo, não se tem muitos dados. Seu nome surge pela primeira vez nos registros da Câmara em um documento de 27 de setembro de 1865 assinado por ele. Neste documento, ele afirma que, por volta de 1858, coadjuvava o Cap. Dr. Antonio Dias da Costa na elaboração de uma Planta da Cidade de Porto Alegre. Pelo mesmo documento sabe-se que teria sido mandado para Rio Pardo, onde teria feito uma Planta daquela cidade e, posteriormente, recebeu ordens de fazer parte da Comissão exploradora do Alto Uruguai, “em cujo serviço esteve ligado até 1864”(PORTO ALEGRE c, 26/01/1878). A notícia seguinte é de quando ele é contratado como

substituto do engenheiro da Câmara, por indicação do mesmo, em 04 de fevereiro de 1876 (PORTO ALEGRE c, Folha 143 frente). Logo em seguida, em 23 de março de 1876, é nomeado definitivamente como engenheiro da Câmara (PORTO ALEGRE a, Folha 145 verso). Em 09 de janeiro de 1877, lhe é concedida uma licença de interesses, assumindo interinamente o seu cargo o Coronel Pedro Affonso Mabilde (PORTO ALEGRE a, Folha 170 frente). Ele se demite do cargo de Engenheiro da Câmara em 27 de julho de 1878 (PORTO ALEGRE b, Folha 48 verso).

Apesar de não haver cópias da planta de 1876 pode-se encontrar ainda hoje três mapas feitos pelo agrimensor Manoel José Nunes de Azevedo. Um no Arquivo Histórico do Exército (*Planta topographica dos trabalhos executados pela Comissão exploradora do Alto Uruguay, 1863*) e dois no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, que são duas plantas de parte da cidade de Porto Alegre, feitas em 1877.

Sobre João Cândido Jacques sabe-se que ele nasceu em 1854. Entrou no exército em 14 de Janeiro de 1873, cursando o curso de engenharia militar. Tornou-se Alferes em 31 de janeiro de 1877; 2º Tenente em 25 de maio de 1878; 1º Tenente em 17 de setembro de 1879; Capitão em 05 de setembro de 1883; Major em 07 de janeiro de 1890; Tenente Coronel Graduado em 08 de novembro de 1892; e Coronel em 17 de fevereiro de 1897 (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1882. p.12). No Almanak do Ministério da Guerra de 1882, do 1º Tenente João Cândido Jacques se diz que ele foi nomeado professor adjunto da Escola Militar de Porto Alegre em 08 de abril de 1882 (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1882. p.12). Na época em que o Capitão João Cândido Jacques fez a planta de Porto Alegre ele era professor da Escola Militar de Porto Alegre. Chegou até a ser um de seus Comandantes, pois, segundo Medeiros (1992, p.104), o Coronel João Cândido Jacques foi Comandante da Escola Militar de abril de 1898 até setembro de 1899. A época em que ele se tornou o Comandante foi um período conturbado para a Escola Militar, pois “em novembro de 1897, o Curso Geral da Escola Militar de Porto Alegre foi suprimido e reunido ao da Escola Prática do Exército de Rio Pardo que passou a se denominar Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo, funcionando de 1898 a 1903”(LUZ, 2007, p.51), tendo ele se transferido para lá.

Em 13 de julho de 1900 (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1904), o Coronel João Cândido Jacques foi nomeado Director do Arsenal de Guerra da Capital Federal. Segundo os Almanaks do Ministério da Guerra de 1907 (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1907) e 1909 (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1882. p.39), o Coronel João Cândido Jacques é um ‘lente em disponibilidade’. Teria se reformado do exército como Coronel em 11 de dezembro de 1912 (MCCANN, 2007. p.163). Não se obteve informações sobre o ano de seu falecimento.

Além da Planta de Porto Alegre, só se encontra mais um mapa feito por João Cândido Jacques, também do período em que era professor da Escola Militar, trata-se de uma "*Carta Geográfica do Estado Federal do Rio Grande do Sul*" feita em 1891.

#### 4. DAS PLANTAS

Sobre a Planta de Porto Alegre de 1876 sabe-se que em 02 de setembro desse ano Manoel José Nunes de Azevedo “oferece vender a Província pela quantia de dezoito contos de réis a planta desta cidade” (PORTO ALEGRE a, Folha 156 frente). A Câmara informa então ao Presidente da Província “que de facto tem indeclinável necessidade de uma planta da cidade, mas que a vista do estado de seus cofres é lhe absolutamente impossível comprar uma; e que, portanto seria da mais alta conveniência que a província fizesse dela aquisição, uma vez verificada a sua exatidão e perfeição (PORTO ALEGRE a, Folha 156 frente).”

Em 11 de setembro de 1876, como Engenheiro da Câmara, de certa forma Manoel José Nunes de Azevedo pressiona a Câmara, ao dizer em ofício “que se sente embaraçado todas as vezes que tem de dar alinhamento para edificação máxima nas ruas novamente abertas, por falta de uma planta da cidade” (PORTO ALEGRE a, Folha 158 frente). A Câmara lhe responde dizendo estar inteirada. Para convencer a Câmara a adquirir sua Planta Manoel José Nunes de Azevedo obteve vários pareceres de técnicos que asseguravam a exatidão da mesma e a avaliavam entre quinze e dezessete contos de réis, estando ele disposto a vendê-la para a Câmara, neste momento, por dez. Em documentos seguintes, como o de 06 de abril de 1878 (PORTO ALEGRE b, Folha 29 verso), vê-se que a Câmara nomeia uma nova Comissão de Engenheiros para examinar a planta. Finalmente em 04 de junho de 1878 (PORTO ALEGRE b, Folha 41 frente), a Câmara de vereadores resolve pressionar essa Comissão pedindo o parecer sobre a exatidão e o valor. E esta é a última notícia que foi encontrada sobre a referida Planta nos acervos existentes no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Mas uma das coisas interessantes que se encontra nos documentos diz respeito a área cartografada. O primeiro documento, existente nos arquivos, referindo a figura do Agrimensor Manoel José Nunes de Azevedo pode, talvez, ajudar nessa questão. Esse documento prova que ele fez parte da Comissão exploradora do Alto Uruguai. Mas, além disso, esse documento, datado de 27 de Setembro de 1865, refere-se a uma planta que ele estaria fazendo por volta de 1865. Aparentemente era um requerimento em que ele já se propunha a levantar a Planta de Porto Alegre. O documento estabelecia algumas condições para essa planta, sendo que a primeira parte refere-se ao levantamento:

“obriga-se o Supp<sup>e</sup>. a levantar a planta com toda a minuciosidade e esclarecimentos necessários a torná-la bem inteligível, servindo-se de um bom theodolito afim de torná-la perfeitamente exata. Em cada quadra, depois de reconhecida a sua exatidão, desenhará todas as casa e terrenos com o

numero de palmos escritos a frente de cada casa ou terreno” (PORTO ALEGRE c, 26/01/1878).

Mas o mais interessante é a segunda parte das condições, onde se estabelece a área a ser abrangida pela planta e que talvez tenha sido a mesma área abrangida pela planta que ele tenta vender à Câmara de 1876 a 1878 (fig.1).

Toda a planta compreenderá um grande retângulo confrontando pelo Norte com parte das Ilhas compreendidas aquém da linha tirada do fim do Caminho Novo a margem direita do Rio Jacuí pouco acima de sua foz; pelo sul com a linha paralela a do Norte, ficando compreendidas aquém da referida linha das chácaras, do Colégio de Santa Theresa e do cemitério; pelo Leste todas as chácaras aquém da linha tirada do fim do Caminho Novo a encontrar-se com a linha do Sul e pelo Oeste a paralela que passa pela Ilha fronteiria a Cadeia (PORTO ALEGRE c, 26/01/1878).

O documento também fala de outras condições, tais como a fiscalização do trabalho e a escala do desenho:

Os trabalhos em andamento poderão ser examinados todos os meses pelo Engenheiro d’esta Câmara ou outro a quem queira encarregar à fiscalização do contracto. Obriga-se a entregar prontos os trabalhos no fim de dois anos apresentando três exemplares na escala de um para cinco mil palmos e um livro em forma de atlas com a mesma planta na proporção de um para mil palmos contendo os esclarecimentos necessários para o uso da Câmara. (PORTO ALEGRE c, 26/01/1878).

## Atual Município de Porto Alegre

Provável área abrangida pelo mapa de 1876

Centro Histórico

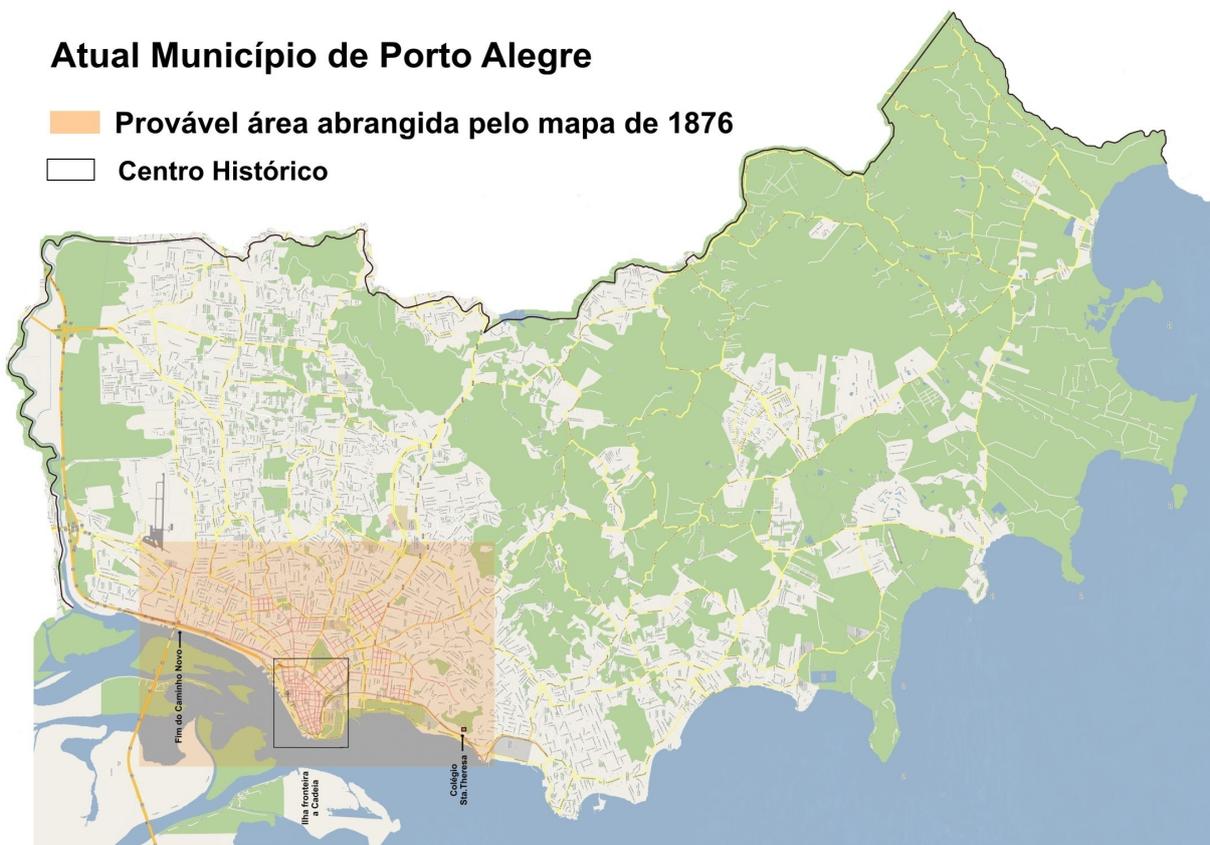


Fig. 1 - Provável área abrangida pela Planta de 1876. Fonte: Elaborado por Daniela Marzola Fialho sobre 'Planta de Porto Alegre' copiada do site GUIA GEOGRÁFICO BRASIL. [S.l.], Brasília. Disponível em: <<http://www.brasil-turismo.com/rio-grande-sul/portoalegre-interativo.htm>>. Acesso em 02/02/2010.

No que diz respeito a Planta de Porto Alegre de 1888 (fig.2), ela é uma planta impressa, em folha 38,9 x 60,2 cm, colorida e assinada por João Cândido Jacques. Seu nome completo é: “*Planta de Porto Alegre, Capital da Província do Rio Grande do Sul compreendendo os seus arraiaes, organizada e desenhada pelo Capitão de Artilharia e Engenheiro Militar João Candido Jacques. 1888. Lith. de J. Alves Leite Successor*”. A escala desta planta é 1:20.000 metros.

O título está inserido em um cartucho no canto superior esquerdo. Além do cartucho que contém o título, a planta de 1888 possui mais dois cartuchos, um no canto superior direito que traz um ‘*Quadro das ruas e praças da cidade com os nomes que tiveram em outros tempos e os que tem actualmente*’, e o outro no canto inferior direito que contém um ‘*Quadro Estatístico*’, onde estão nominados prédios importantes, praças e outros equipamentos urbanos, ou seja, a legenda do mapa. A escala do mapa não está inserida em nenhum cartucho: ela consta do mapa colocada na parte inferior ao lado do cartucho do ‘*Quadro Estatístico*’.

Duas coisas se destacam nesta planta: uma é o fato dela ser colorida; a outra, e a mais importante, é o fato dela

ser a primeira planta da cidade de Porto Alegre que não se restringe à área da ‘península’. Esta planta mostra uma área bastante maior de Porto Alegre, abrangendo os seus arraiaais.

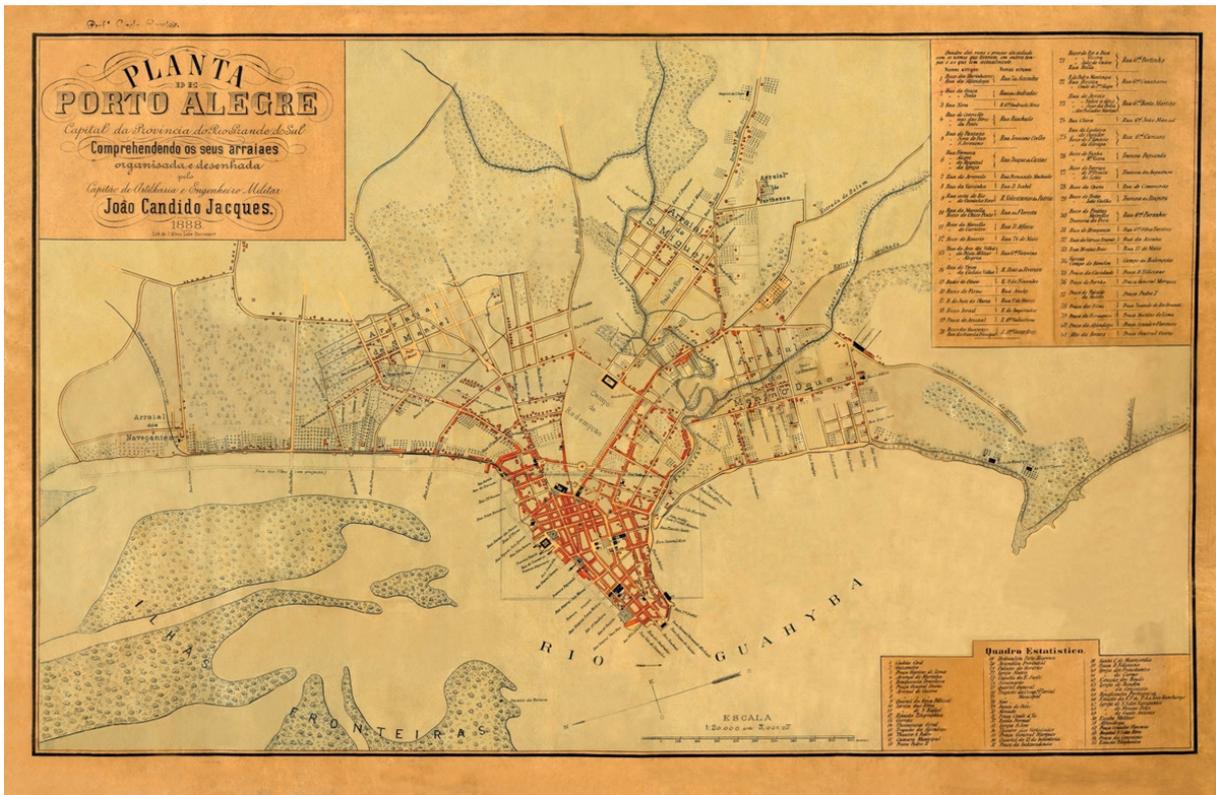


Fig. 2 - Planta de Porto Alegre de 1888. Fonte: Acervo do IHGRGS. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.

Poder-se-ia pensar que teria havido, na cidade de Porto Alegre, uma nova lei arbitrando novos limites. Essa alteração não aconteceu. Em 1888, ainda vigorava a regra de limites de 1873. A planta de João Candido Jacques foi bem além dos mesmos, é maior até que os limites urbanos estabelecidos em 1892 pelo Ato nº 12, de 31 de dezembro de 1892, Lei nº 1 - conforme informações de um mapa existente no acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (fig.3).

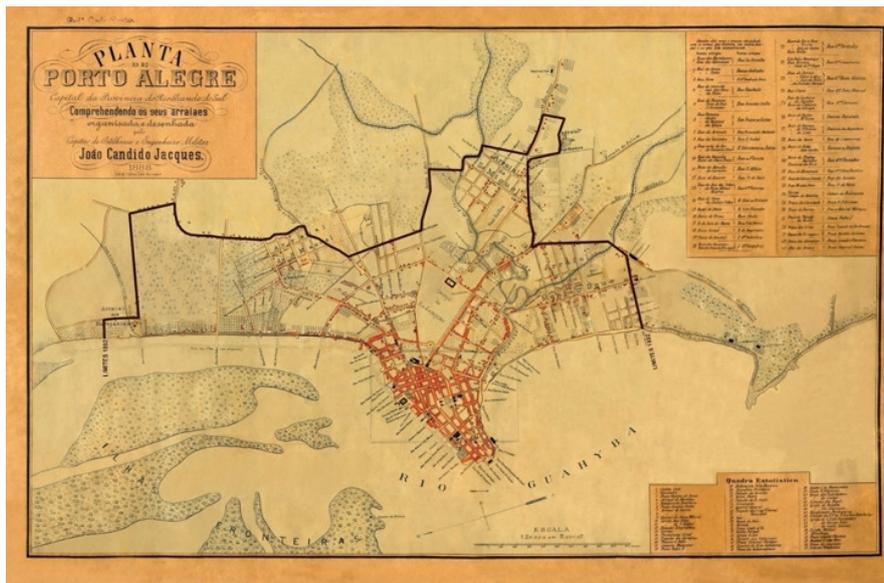


Fig. 3 - Limite urbano de 1892 desenhado na planta de 1888. Fonte: Elaborado por Daniela M. Fialho sobre a Planta de 1888. Fonte: Acervo do IHGRGS. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.

Nesta legenda, tem-se 55 elementos destacados. Destes, apenas sete não constam de plantas anteriores. Três deles (três igrejas) ficam fora da área abrangida pelos mapas anteriores. Já os quatro primeiros ficariam dentro da área. Em virtude dessas novidades apresentadas nesta planta, pode-se dizer que, entre 1881 (mapa anterior) e 1888, a cidade passou a ter um serviço telefônico, um novo trapiche e um novo hospital (Hospital N. S. das Dores).

Esta planta foge um pouco aos preceitos científicos de sua época em função de não estar orientada para o Norte. Possui uma rosa dos ventos simples. A representação da água não se utiliza de nenhum recurso gráfico especial, somente uma linha mais espessa no limite entre a terra e a água. Uma pequena seta indica o sentido das águas do Guaíba. Esta planta devido a sua extensão não nomeia apenas o Riacho, aqui denominado de Riachinho, mas designa também outros arroios, o da Azenha, o Dilúvio e o da Cascata. Outra questão interessante é que esta planta é a primeira em que o Rio Guaíba é nominado diretamente no mapa. Não há nesta planta nenhuma representação das curvas de níveis, da topografia da região de Porto Alegre e de seus arraiais. Ao se olhar esta planta, pode-se pensar que a cidade é plana. Este mapa, como já foi dito, mostra uma área bem maior da cidade de Porto Alegre do que os mapas anteriores. A idéia do Coronel João Cândido Jacques foi de mostrar os arraiais. Aparecem neste mapa 05 arraiais: o de S. Miguel, o de S. Manoel, o do Menino Deus, o dos Navegantes e por fim o do Parthenon.

O Arraial do Menino Deus foi o primeiro a se constituir, começou com a abertura, em 1845 e 1848, das atuais ruas Getúlio Vargas e José de Alencar, que se tornaram os eixos do arraial desde que se começou a construir a Capela do mesmo nome, inaugurada no Natal de 1853. Tornou-se o bairro do Menino Deus. O segundo foi o Arraial do Parthenon que se tornou o bairro Santo Antônio. O nome Parthenon se deve ao fato de que, em 1873, a Sociedade do Parthenon Literário fundou sua sede no alto da colina onde hoje está a Igreja Santo Antônio. O terceiro Arraial foi o Arraial dos Navegantes, que teve seu nascimento com a abertura das atuais ruas Sertório e Frederico Mentz, em 1875, que ligavam o Caminho Novo a Estrada de Gravataí. A capela consagrada a N. Sra. Dos Navegantes foi objeto de uma provisão episcopal no mesmo ano. O arraial se tornou bairro com o mesmo nome. O Arraial de São Manoel foi o início da povoação do atual bairro Moinhos de Vento quando, em torno de 1878, Maurícia Cândida da Fontoura Freitas e Fernando Fontoura Freitas promoveram sua implantação, ligando a estrada dos Moinhos de Vento com a da Floresta através da abertura das atuais ruas Dr. Timóteo e Félix da Cunha. Dos que aparecem nesse mapa, o arraial de São Miguel é o mais recente, foi o arraial que se tornou o bairro Partenon por ter se desenvolvido no caminho da Sociedade do Parthenon Literário. Seu desenvolvimento se deu pela instalação do Prado Boa Vista em 1880, e pela inauguração, em 1884, do Hospício São Pedro (Conforme FRANCO, 2006).

Esses arraiais se desenvolveram a volta ou interligando Estradas e Caminhos que saindo de Porto Alegre iam para outras povoações, como Viamão e Gravataí. O Arraial dos Navegantes vincula-se ao Caminho Novo; o de S. Manoel a Estrada da Floresta e a dos Moinhos de Ventos; o de S. Miguel está conectado com a Estrada do Mato Grosso, se aproximando da Estrada do Meio; o do Parthenon tem uma ligação com a Estrada do Mato Grosso e uma aproximação com a Estrada de Belém; e, por último, o do Menino Deus se desenvolve ao longo da R. Menino Deus (atual Getúlio Vargas), entre a Estrada de Belém e a margem do Guaíba. Esta configuração da posição dos arraiais com os caminhos que saíam de Porto Alegre, mostra a estrutura em 'leque' através da qual a cidade foi se urbanizando e se estendendo (fig.4).

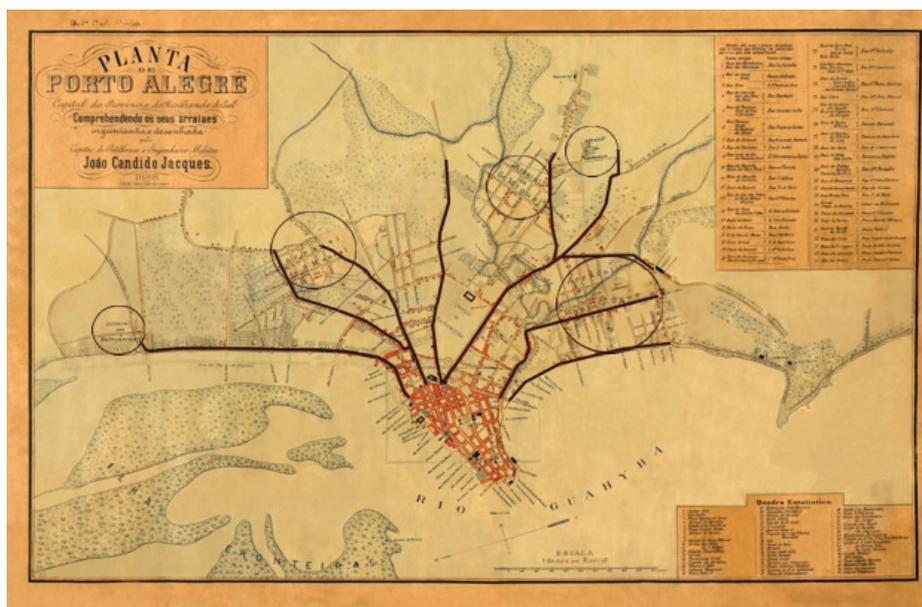


Fig. 4 - O 'Leque' das estradas e arraiais. Fonte: Elaborado por Daniela M. Fialho sobre a Planta de 1888. Fonte: Acervo do IHGRGS. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.

A forma como João Cândido Jacques dispôs o mapa na folha coloca a península no centro no sentido horizontal e centralizada na metade inferior, destacando desta forma o centro da cidade de Porto Alegre, único espaço que era mapeado nos mapas anteriores.

Uma parte das informações que constam desta planta não está inserida em um cartucho, elas estão colocadas diretamente no mapa propriamente dito: os nomes das ruas e de alguns equipamentos. Destacado desta forma temos mais alguns equipamentos, dos quais apenas dois – Praça Visconde do Rio Grande e o Campo da Redenção - constam de outros mapas. Os demais não constam de mapas anteriores, principalmente por estarem em áreas não abrangidas por eles. A indicação dos nomes das ruas não está colocada, em sua maior parte, dentro do traçado das mesmas, elas estão designadas em áreas mais ‘livres’ no prolongamento de seu traçado. Uma boa parte no ‘vazio’ do Guaíba. Isso fez com que em áreas mais densas, algumas ruas não estejam nominadas. Essa forma de nominar as ruas pode ser vista em vários mapas ingleses que mostram Londres como o de John Rocque de 1749 (fig.5). Mas mais perto de Porto Alegre, a ‘Planta da Colônia de São Leopoldo’ (fig.6) do Visconde de São Leopoldo (c. 1824) apresenta este mesmo grafismo.



Fig. 5 - Detalhe mapa de Londres de J. Roque, 1741-5 Fonte: Wikipedia Commons [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Rocque%27s\\_Map\\_of\\_London\\_1741-5.jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Rocque%27s_Map_of_London_1741-5.jpg)

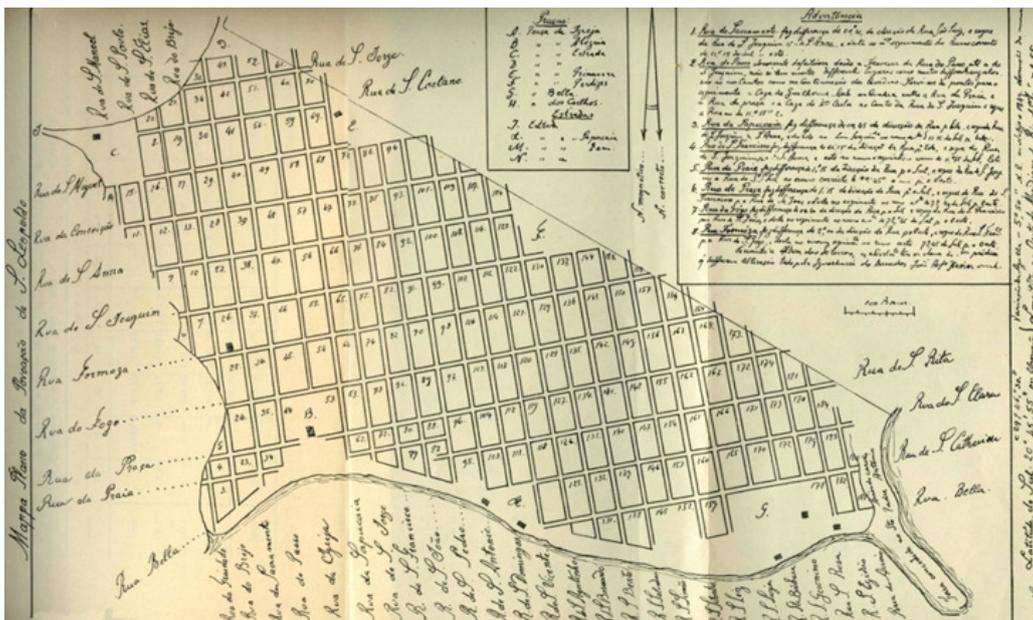


Fig. 6 - Mappa Plano da Povoação de São Leopoldo. Fonte: Acervo do IHGRGS. In: VIEIRA, Eurípides F.; NEVES, Gervásio R.; HASENACK, Heinrich (Coord.). *Preservação do Acervo Cartográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2009. 1 CD-ROM.

Este mapa também se apresenta como um mapa 'projetual', pois apresenta em tracejado uma rua projetada no Guaíba, uma rua que para vir a existir pressupõe a necessidade de mais aterros. Um aterro considerável já que se estende desde atual Praça da Harmonia até o Arraial dos Navegantes. Trata-se da Rua das Flores, neste mapa referida como 'em projecto' e que atualmente pode-se dizer que é a atual Av. Mauá (de 1920), a Av. Pres. Castelo Branco e a R. João Moreira Maciel.

## 5. DAS LEITURAS DOS MAPAS

O fato da Planta de 1872 não existir e de que, após toda essa discussão em relação a sua compra – debate terminado em 04 de junho de 1878 –, o agrimensor Manoel José Nunes de Azevedo tenha se demitido do cargo de Engenheiro da Câmara em 27 de agosto de 1878, leva a crer que a Câmara não aceitou comprar a Planta. Mas todo esse debate também prova que a Planta existiu e que pelas descrições encontradas era uma Planta que compreendia os subúrbios da cidade, com seus arraiais. Aparentemente, a quantia que ele receberia em 1865 por uma planta de Porto Alegre era maior do que a que ele estava aceitando receber em 1878, como se pode ver em documento em que ele detalha as condições de pagamento:

Receberá para seu pagamento a quantia de cem mil réis mensais por espaço de dois anos contados da data da assignação dos contratos. Depois de entregue o trabalho na forma expressada nas presentes condições e achadas conformes por uma Comissão de Engenheiros nomeada por esta Câmara receberá mais para seu completo pagamento a quantia de nove contos de réis em prestações de duzentos mil réis mensais ou a metade da Chácara pertencente à Fazenda Provincial situada entre a Várzea e a rua da Olaria, cuja parte exigida será a que faz frente à Várzea com trinta e três braças e fundos correspondentes a meia Chácara (PORTO ALEGRE c, 26/01/1878).

Outra questão importante que aparece ao longo dessa história é o fato de que um funcionário ligado a Câmara, no período que está ao serviço dela, elabora uma planta e tenta vendê-la como se fosse um trabalho independente. E não era um funcionário qualquer: era um agrimensor, trabalhando como engenheiro, e que fornece à Comissão que examina a Planta, alinhamentos feitos sob sua tutela.

Já em relação a Planta de 1888 não foi encontrado nos relatórios de Presidentes da Província, menção a esta planta e nem ao próprio João Cândido Jacques. Nas atas da Câmara, também não há referências nem ao mapa nem ao autor. Também não se encontrou nada na Correspondência Passiva da Câmara e no acervo de Construções e Melhoramentos do Município. Isto leva a pensar que este mapa foi feito por João Cândido Jacques a serviço do Exército, mas não se tem provas. Uma das hipóteses para a execução desta planta é ela ter sido feita sob a égide da própria Escola Militar, a outra a serviço do Comando de Armas da Província.

Em relação à vinculação à Escola Militar, é bom lembrar que o envolvimento tanto dos professores quanto dos alunos com a vida da cidade era bastante intenso. Em outros tempos, em 1874 (PORTO ALEGRE a, 29/07/1874 e 27/08/1874), a pedido da Câmara, o Diretor da Escola Militar, o General Pederneiras e o Lente de Topografia da mesma, Major João Nepomuceno de Medeiros Mallet haviam feito um trabalho de nivelamento e um plano de aformoseamento e melhoramentos do Campo do Bom Fim. Outra possibilidade é ele ter feito este mapa como um exercício com os seus alunos.

A segunda hipótese é que o Comando das Armas da Província tenha designado o Coronel João Cândido Jacques para fazer esse mapa. As duas hipóteses vinculam esta planta ao exército. Reforça a hipótese de esta planta ter sido feita para o Exército o fato da Fundação Biblioteca Nacional não possuir nenhum exemplar da mesma e o Arquivo Histórico do Exército possuir uma.

É interessante ressaltar que esta planta foi feita às vésperas da República, em 1888 e mostra bem pela sua amplitude, a expansão em forma de leque da cidade de Porto Alegre. O seu momento histórico – o ano da abolição da escravatura – fica bastante marcado pelo fato de que o Campo do Bonfim aparece agora designado por Campo da Redenção, devido à libertação dos escravos que, em Porto Alegre, se deu em 1884. Como já se disse, esta é a primeira planta a mostrar a região de Porto Alegre e o seu entorno, compreendendo os seus arraiais, e este foi com certeza o seu objetivo principal, como também foi o objetivo da planta de 1876. E ao relacionarmos a área abrangida por elas com as plantas anteriores da cidade (1833, 1838, 1839, 1844, 1868, 1872 e mesmo a de 1881) pode-se ver que elas são as primeiras a cartografarem para além do centro histórico.

Sendo uma produção que se conecta com a História da Cartografia, este estudo está intimamente ligado à área da História Cultural. Daí que, na sua realização, tenha se adotado “uma nova postura diante da história, um outro olhar que interroga o passado a partir de pressupostos que constroem também novos objetos e formulam novas questões” (PESAVENTO, 2004, p.7). Tratou-se, aqui, da imagem da cidade, de imagens da cidade produzidas pelos seus mapas. Ao interrogá-los, buscou-se interrogar o passado da cidade e, de uma certa forma, na companhia de alguns convidados: com Ginzburg, se buscaram os cacos, os rastros, os indícios; com Benjamim, se lidou com o princípio da montagem, da associação de idéias e da colagem; com Harley, os vários contextos foram trabalhados. Através dessa amálgama,

moldou-se uma investigação histórica da cartografia urbana como construção/produção social de uma cidade, Porto Alegre, em determinados momentos históricos, momentos esses que são dados a ver em cada uma de suas plantas.

Pode-se ainda afirmar que se estabeleceu uma conexão direta entre a História Cultural e a História da Cartografia, à maneira pensada por Brian J. Harley, David Woodward, Denis Wood e outros. E isto porque, também aqui, procurou-se trabalhar com um sentido de cultura, da forma com que é formulado por Pesavento: “trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2004, p.15). Trata-se, então, de tomar a “cartografia como um discurso – um sistema que provê um conjunto de regras para a representação do conhecimento incorporado nas imagens que nós definimos como mapas e Atlas” (HARLEY, 2001, p.165). Imagens essas que, no contexto da História Cultural, se constituem numa construção visual e mental e que por isso mesmo, segundo Pesavento, “seriam portadoras de um imaginário de sentido, marcado pela historicidade da sua produção através dos tempos e de seu consumo, atendendo ao horizonte de recepção de cada época (PESAVENTO, 2008, p.106)”. Tais imagens, “uma vez chegadas até nós, colocar-se-iam na nossa contemporaneidade, como uma porta de entrada para o passado e para o universo de razões e sensibilidades que mobilizavam a vida dos homens de um outro tempo”. É, pois, desses universos e da vida dos habitantes das diferentes cidades que os mapas de Porto Alegre de 1876 e 1888 tornaram visíveis, que este trabalho, finalmente, trata.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. 4ª Seção. **Almanak do Ministério da Guerra**. Rio de Janeiro: Tipographia Nacional, 1882. Disponível em: <<http://historiar.net/images/pdfs/Almanak%20do%20Ministerio%20da%20Guerra%20-%201882.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. 4ª Seção. **Almanak do Ministério da Guerra**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. Disponível em: <<http://historiar.net/images/pdfs/Almanak%20do%20Ministerio%20da%20Guerra%20-%201904%20sem%20busca.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2009.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. 4ª Seção. **Almanak do Ministério da Guerra**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. Disponível em: <<http://historiar.net/images/pdfs/Almanak%20do%20Ministerio%20da%20Guerra%20-%201907.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2009.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. 4ª Seção. **Almanak do Ministério da Guerra**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. Disponível em: <<http://historiar.net/images/pdfs/Almanak%201909.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2009.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico**. 4.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006.

HARLEY, J. B. Text and Context in the interpretation of early maps. In: BUISSERET, David (Ed.). **From Sea Charts to Satellite Images: interpreting North American history through maps**. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

HARLEY, J.B. Deconstructing the Map. In: HARLEY, J.B. **The New Nature of Maps: essays in the history of cartography**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LUZ, Maturino da. (Coord.) **Antiga Escola Militar de Rio Pardo. história e Arquitetura**. Porto Alegre: Defender, 2007.

MCCANN, Frank. **Soldados da Pátria: historia do Exército Brasileiro, 1899-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=FX472oOIM5IC&lpq=PA163&ots=ZYqGYguk1L&dq=%22jo%C3%A3o%20Candido%20jacques%22&pg=PA163#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 23 set. 2009.

MEDEIROS, Laudelino T. **Escola Militar de Porto Alegre (1853-1911): significado cultural**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Escrita, Linguagem, Objetos: leituras de história cultural**. Bauru: EDUSC, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy . O mundo da imagem: território da história cultural. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy *et al.* (Orgs.) **Narrativas, Imagens e Práticas Sociais**: percursos em história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

PORTO ALEGRE a. Câmara de Vereadores. **Atas de Vereança**. Porto Alegre, 1872-1877. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PORTO ALEGRE b. Câmara de Vereadores. **Atas de Vereança**. Porto Alegre, 1877-1883. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PORTO ALEGRE c. Câmara de Vereadores. **Construção e Melhoramentos do Município**. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho.